

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS: Análise do CPC 01 nas empresas de capital aberto divulgadas pela Revista Exame 2011

Flávia Palmeira Lima
vinhapl@hotmail.com
UNIVERCIDADE

Valdilene Pereira da Silva
valdilenevps2010@yahoo.com.br
UNIVERCIDADE

Márcia Rodrigues Silva
oliveira.robs@terra.com.br
UNIVERCIDADE

Robson Ramos Oliveira
roliveira@fazenda.rj.gov.br
UNIVERCIDADE

Resumo: Em razão da necessidade de harmonização da contabilidade brasileira com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem a função de traduzir as IFRS de forma a ser implementado no Brasil, o pronunciamento Técnico nº 01 que corresponde a IAS 36 do IASB, tem o objetivo de definir procedimentos a serem adotados pelas empresas nas demonstrações contábeis ajustando o valor dos seus ativos que estejam contabilizados por um valor superior àquele passível de serem recuperáveis no tempo. Nesse contexto a pesquisa tem como objetivo fazer um levantamento das 50 empresas divulgadas pela revista exame que no ano de 2010 tiveram grandes impactos com a adoção da IFRS, os resultados demonstraram que das 50 empresas pesquisadas 21 fizeram algum tipo de divulgação em relação à perda por impairment, a maioria delas divulgou em relatório de valor adicionado. Quanto à identificação do grupo do ativo onde aconteceu a desvalorização 66% das que divulgaram perda não esclareceram qual foi o grupo. A conclusão é que as empresas estão se adequando as normas gradualmente e futuramente é provável que as divulgações sejam mais transparentes para os usuários

Palavras Chave: Impairment - CPC 01 - Ativo - Capital Aberto - Valor Recuperável



1. INTRODUÇÃO

Na seção destinada a introdução, apresenta-se em subseções a contextualização, o objetivo, a justificativa, a delimitação e a organização deste estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Acompanhando as mudanças ocorridas no ordenamento contábil, que adveio da Lei 11.638/07 e do acatamento dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pelas autoridades reguladoras governamentais. A contabilidade passou por muitas transformações. O CPC 01- Redução do valor recuperável dos ativos é a norma equivalente à norma internacional IAS 36 - Redução do valor recuperável.

O objetivo desta norma é prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar para garantir que seus ativos não sejam reconhecidos acima de seus valores recuperáveis. Um ativo é reconhecido acima de seu valor recuperável se o seu valor contábil exceder o valor a ser recuperado por meio do uso ou da venda do ativo. Nesse caso, o ativo é descrito como apresentando problemas de recuperação e a norma exige que a entidade reconheça uma perda por redução no valor recuperável. A norma também especifica quando uma entidade deve reverter uma perda por redução no valor recuperável e prescreve divulgações.

As empresas que estão sujeitas à Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas, são obrigadas a fazer um teste de recuperabilidade (*Impairment test*) e divulgar em suas notas explicativas o valor da perda que não pode ser recuperável, quando o valor de venda ou de uso do bem for inferior ao valor contábil é registrada a perda por *impairment*. A regra é antiga, mas a obrigatoriedade para as empresas de capital aberto veio a partir de 2008 com a convergência das normas contábeis para um padrão internacional.

1.2 OBJETIVO DO ESTUDO

O objetivo da pesquisa é identificar, através da comparação das publicações das demonstrações contábeis de empresas que foram listadas pela revista Exame na edição especial de 2011 Maiores e Melhores, se as empresas brasileiras após a adesão do Brasil às normas internacionais de contabilidade publicam para o investidor brasileiro o valor e quais os grupos de ativos tiveram perda.

1.3 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Uma das razões para a adesão das normas internacionais de contabilidade foi com que os investidores pudessem obter informações contábeis que fossem confiáveis e que permitissem a comparabilidade das informações de um ano para o outro e com empresas do mesmo setor.

Percebe-se que muitas empresas não se adequaram às normas imediatamente, uma análise da *Ernst & Young Terco*, empresa de consultoria e auditoria, juntamente com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) foi divulgada pela revista Exame edição especial 2011 Maiores e Melhores, na análise foram identificadas as 50 maiores empresas brasileiras que tiveram maior impacto em suas demonstrações contábeis no ano de 2010 com a adoção do IFRS.

O presente estudo procurou analisar se o investidor obtém informação sobre redução do valor recuperável das empresas listadas como Maiores e Melhores da revista Exame.



1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Quanto ao universo a ser pesquisado, o trabalho será circunscrito às companhias divulgadas pela revista Exame, edição especial 2011, Maiores e Melhores. Na análise foram identificadas as 50 maiores empresas brasileiras que tiveram maior impacto em suas demonstrações contábeis no ano de 2010 com a adoção do IFRS. Quanto ao horizonte temporal, o problema será analisado durante o ano de 2010.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O trabalho se subdivide em seis seções, sendo a primeira que aqui se encerra oferece, a título de introdução, uma visão geral do trabalho. Na segunda seção serão abordadas as questões teóricas correlatas.

Na terceira seção do trabalho tratará da metodologia que será abordada. A primeira subseção estará o tipo de pesquisa que será utilizada, a segunda subseção a seleção da amostra e o período do estudo. A terceira subseção como foram coletados os dados. A quarta subseção e na última as dificuldades encontradas.

A quarta seção terá um breve histórico das empresas analisadas. A quinta seção uma comparação das informações que são divulgadas pelas empresas. A sexta e última seção será destinada às considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Na seção destinada à revisão da literatura, passou-se em revista o CPC 01, recuperação de perdas, além de ativos intangíveis e *goodwill*. Por fim, revisitou-se trabalhos anteriores realizados sobre a temática *impairment*.

2.1 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A redução ao valor recuperável dos ativos foi editada no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através do pronunciamento técnico CPC – 01 R1 aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), elaborado a partir do IAS 36 – *Impairment of Assets (BV2010)*, emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, órgão independente do setor privado destinado ao estudo de padrões contábeis, formado por um conselho representado por mais de 100 entidades, das quais o Brasil é representado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o *IASB* tem como um de seus objetivos promover a convergência entre normas contábeis locais e internacionais de contabilidade. Niyama (2009).

2.2 CPC 01 – REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

O CPC e IAS 36 têm o objetivo de assegurar que o valor que o ativo está contabilizado pode ser recuperado, pelo uso na atividade ao longo do seu dia a dia ou pela venda do mesmo. O objetivo do CPC-01 R1 (2010) é:

estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas. CPC-01 R1 (2010)

Os ativos referidos no pronunciamento são os bens do ativo fixo, do grupo de ativo não circulante, ativo realizável de longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível, não



sendo aplicado aos demais ativos. A IAS 36 cita alguns ativos contemplados em IFRSs específicas que não são do alcance da norma:

- estoques (IAS 2);
- ativos originários de contrato de construção (IAS 11);
- ativos fiscais diferidos (IAS 12);
- ativos que surgem de benefícios de empregados (IAS 19);
- ativos financeiros (IAS 39);
- propriedades para investimento mensuradas ao valor justo líquido dos custos de venda (IAS 41);
- ativos que surgem de contratos de seguros (IFRS 4);
- ativos mantidos para venda (IFRS 5). (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 147)

Para avaliar se os ativos estão com problemas de recuperabilidade são elaborados testes anuais conhecidos como *impairment test*, segundo Padoveze (2009, p. 119) “significa literalmente dano, prejuízo, deterioração, depreciação.”, para entender como é feito vamos definir alguns termos chave:

- I. Valor contábil: Definido por Pêgas (2011, p. 75) o valor contábil é “representado pelo custo de aquisição, incrementos e reduções por depreciação, amortização ou exaustão.” Significa que é o custo de aquisição do bem excluindo depreciação, exaustão e amortização, o pronunciamento do CPC 01 trata o valor contábil pelo qual um ativo é reconhecido no balanço deduzindo inclusive as perdas acumuladas por redução no valor recuperável.
- II. Valor em uso: São entradas de caixa futuras direta ou indiretamente ligadas ao bem, utiliza-se taxa de desconto para trazer essas entradas de caixa a valor presente. As estimativas dos fluxos de caixa são baseadas de acordo com Lemes e Carvalho (2010, p 150) em “projeções e orçamentos financeiros mais recentes. Essas projeções e orçamentos poderão cobrir um período máximo de cinco anos, a não ser que o período maior possa ser justificado”.
- III. Valor justo: O conceito dado por Pêgas (2011, p. 75) “valor de mercado (valor justo) é a possibilidade da liquidação de um bem, que pode trazer um montante em dinheiro para a empresa referente ao valor líquido de venda, já deduzido as despesas necessárias para isso”. Que no caso que dizer, como exemplo, que um terreno vale R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), mas para que possa ser vendido o que está construído no terreno deverá ser retirado, e com isto ocorrerá uma despesa de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), então o valor justo do ativo será de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).
- IV. Unidades Geradoras de Caixa – UGC: Conforme o CPC-01 R1 (2010) “Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera as entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos.” O que significa dizer que é unir todos os ativos que não tenham como medir um a um as suas entradas de fluxo de caixa e esta reunião dos ativos torna-se uma unidade geradora de caixa.
- V. Valor Recuperável: É o maior valor entre o valor líquido de venda (valor justo) de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa e o seu valor em uso, caso um desses valores exceda o valor contábil, não haverá a desvalorização nem a necessidade de estimar o outro valor. Deve ser estimado o valor recuperável para cada ativo individualmente, se não for possível à entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa a qual o ativo está alocado.

2.3 REGISTRO DA PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO.

O teste de recuperabilidade consiste em calcular o valor recuperável do ativo, e compará-lo com o valor contábil, se houver indicação que um desses valores foi superior ao valor contábil, não haverá desvalorização nem a necessidade de estimar esse valor. Se o valor recuperável do ativo for menor que o valor contábil, é registrada a perda, na tabela 1 encontra-se o fluxograma do teste de recuperabilidade para facilitar o entendimento de quando será reconhecida a perda.

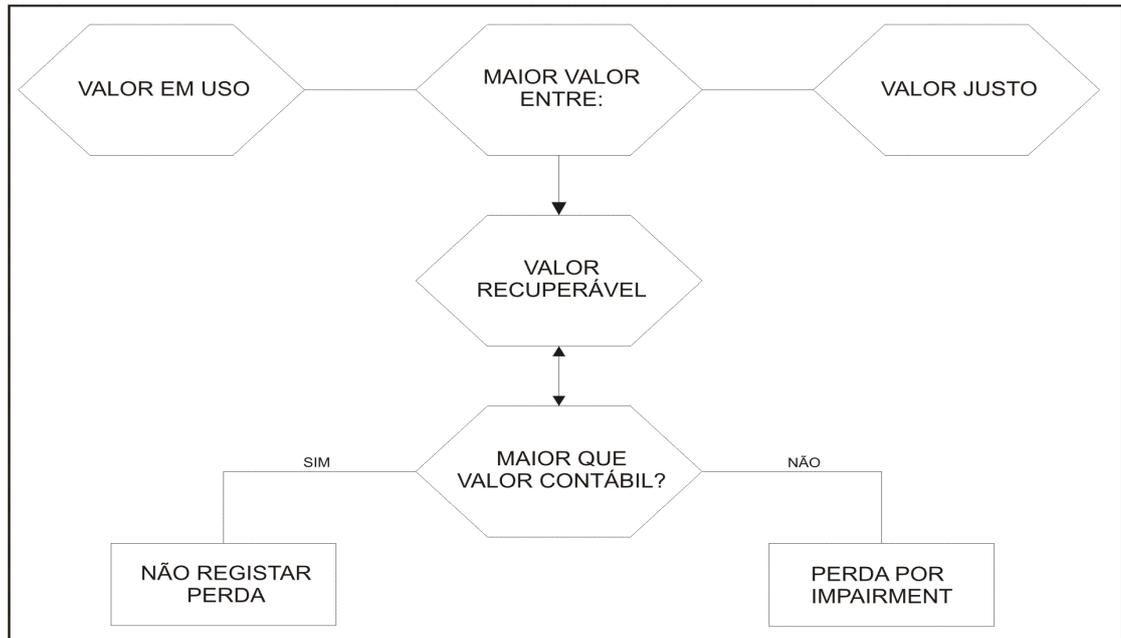


Figura 1 – Fluxograma do Teste de Recuperabilidade - Elaborado pelas autoras

A diferença entre esses valores representa uma desvalorização do ativo, e deverá ser reconhecida por meio da constituição de provisão para perda, redutora de ativo, em contrapartida com o resultado conforme exemplo abaixo:

- Débito: Perdas pela não recuperabilidade de Ativos (Demonstração do Resultado)
- Crédito: Provisão para redução ao valor recuperável (Ativo Imobilizado)

Para ativos reavaliados, Lemes e Carvalho (2010, p. 151) “a perda deverá ser tratada como uma redução da reserva de reavaliação, até o limite dessa reserva.” caso a reserva seja insuficiente o excesso deverá ser contabilizado no resultado do período.

Após o reconhecimento da perda por *impairment* o valor das despesas com depreciação, amortização ou exaustão deve ser ajustado nos próximos períodos para alocar o valor contábil ao longo de sua vida útil remanescente. Lemes e Carvalho (2010).

2.4 REVERSÃO DE PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO

No encerramento do período as empresas devem avaliar se há indicação de que uma perda reconhecida em períodos anteriores deverá ser reduzida ou eliminada, se for o caso, será feito a reversão parcial ou total da provisão em contrapartida com o resultado do período.

Para ser feita a reversão da perda, a empresa deve considerar os mesmos fatores que levaram a perda anterior, Lemes e Carvalho (2010, p. 156) diz que “Uma perda por *impairment* poderá ser revertida somente se houver mudanças nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável desde que a última perda foi reconhecida.” Nesse caso a empresa pode reverter, aumentando o valor contábil do ativo.

O valor contábil depois da reversão não pode ultrapassar o valor pelo qual estava registrado antes de sofrer a perda por *impairment*.



2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, e o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em uma aquisição de negócios, mesmo que não existam evidências de desvalorização, devem ser testados por *impairment* no mínimo anualmente. Lemes e Carvalho (2010), o teste poderá ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano no mesmo período.

2.5.1 ATIVO INTANGÍVEL

O intangível segundo Ribeiro (2009, p. 224) é composto “por contas representativas de bens incorpóreos (imateriais), os quais, embora não possuindo existência física, representam direitos de propriedade industrial ou comercial, legalmente conferidos a seus possuidores”.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são aqueles que após análise feita pela empresa não é possível prever um período para o reconhecimento dos benefícios econômicos daquele ativo, eles não são amortizados, para realização do teste pode ser usado o cálculo do valor recuperável do período anterior se algumas condições forem atendidas: Lemes e Carvalho (2010).

- Quando faz parte de uma unidade geradora de caixa e os ativos e passivos da unidade não tiverem alterações significativas no período recente;
- O valor recuperável mais recente excedeu substancialmente o valor contábil do ativo; e
- A probabilidade do valor recuperável se menor que o valor contábil é remota.

Uma análise prévia feita pela entidade pode indicar que seus ativos não perderam representatividade econômica considerada relevante, portanto a entidade não necessita estimar novamente o valor recuperável do ativo.

A entidade deve rever ao final de cada período a mudança na vida útil indefinida, caso as leve a qualquer alteração para finita é um indicativo de perda por *impairment* e deve ser aplicada a IAS 36. Lemes e Carvalho (2010)

A evidenciação dos ativos intangíveis deve ser feita de forma separada para os gerados internamente, e outros intangíveis a empresas devem divulgar em relação a IAS 36, aumentos e reduções relevantes de reavaliações e perdas por *impairment* reconhecidas em outros resultados abrangentes ou em resultados.

2.5.2 GOODWILL

Definido por Lemes e Carvalho (2010, p. 217) O *goodwill* é “um ativo representando os benefícios econômicos originários de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios que não são nem identificados individualmente nem reconhecidos separadamente.” Também conhecido com fundo de comércio, é o valor que se paga a maior na compra do total ou parte de uma empresa, representa um bem imaterial, por isso figura no grupo do intangível, pode ser contabilizado na conta de “Ágio por expectativa de rentabilidade futura” Ribeiro (2009)

Na combinação de negócios de acordo com Lemes e Carvalho (2010, p.219) “A adquirente deverá reconhecer, separadamente do *goodwill*, os ativos intangíveis identificáveis”.

O *goodwill* tem vida útil indefinida e, portanto não deve ser amortizado. O teste de *impairment* deverá ser feito segundo Lemes e Carvalho (2010, p. 221) “anualmente ou mais freqüentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que uma perda pode ser reconhecida”.



Para realizar o teste, o *goodwill* deverá ser alocado em uma das unidades geradoras de caixa da adquirente, quando a entidade reorganizar seus negócios de forma a afetar a composição da unidade geradora de caixa que o *goodwill* está alocado, deverá ser realocado para as novas unidades geradoras de caixa com base em seu valor proporcional. Lemes e Carvalho (2010)

2.6 ESTUDOS ANTERIORES.

Domingues et al (2009) fizeram um levantamento dos pronunciamentos IAS 36 e SFAS 144, evidenciando as principais diferenças, analisando quais fatores se relacionam com as despesas de *impairment* reconhecidas pelas empresas petrolíferas listadas na Bolsa de Valores de Nova York no ano de 2007. Na pesquisa os autores mencionam que ainda existem diferenças significativas e não é possível se falar em harmonização entre as normas, os dados coletados apresentaram uma grande representatividade do ativo das atividades de exploração e produção no ativo total da empresas, os autores citam como limitação o fato de algumas empresas mencionarem em seus relatórios que realizaram o teste de *impairment* mas não demonstram o valor nos demonstrativos financeiros nem em notas explicativas, impossibilitando mensurar o valor de perda específica para os ativos das empresas de Petróleo.

A pesquisa realizada por Baesso et al (2008) teve o objetivo de verificar a ocorrência de perdas por *impairment* em empresas norte americanas do setor de telefonia móvel no período de 2000 a 2006, fazendo uma relação com os valores das perdas e os ativos totais da empresas. Como resultado a pesquisa apresentou seis empresas que tiveram no período analisado a média anual de perda com valor máximo nos anos de 2003 e 2004, e o valor mínimo no ano de 2006, os autores concluíram que as ocorrências de perdas elevadas estão relacionadas com o início da obrigatoriedade da nova regulação do FASB, as empresas foram obrigadas a mudar seus procedimentos de elaboração dos testes de *impairment* e reconheceram perdas que talvez não se configurassem no período anterior.

A Dissertação elaborada por Queiroz (2011) analisa o cumprimento das normas exigidas pela CPC 01 e a posição dos auditores em relação à ausência do cumprimento das exigências em 55 empresas listadas na IBOVESPA no primeiro quadrimestre de 2010, das 35 empresas que não apresentaram a evidenciação da perda 33 delas justificaram os motivos de não haver indicativo de perda, das 12 empresas utilizadas para validação do estudo seis delas não cumpriram os requisitos da norma e os pareceres dos auditores não mencionaram nada a respeito.

Fernandes et al (2010) procuraram quantificar o valor da perda nas empresas do setor de energia elétrica, água e saneamento, petróleo e gás, telecomunicações e transporte aéreo listadas na IBOVESPA divulgados no ano de 2008, como resultados da amostra de 96 companhias só 9 constituíram provisão de perda, 3 reconheceram a perda direta no ativo e 3 não mencionaram a perda, o setor com maior percentual de perda foi de energia elétrica. A pesquisa conclui que apesar de recente as exigências da norma, foram aderidas de forma relevante sendo pelo menos divulgadas a realização dos testes havendo perda, provisão e os seus valores.

O trabalho elaborado por Ono et al (2010) buscou analisar as evidências de perda por *impairment* nas demonstrações contábeis e notas explicativas de 132 companhias abertas brasileiras listadas na IBOVESPA no ano de 2008, os resultados apresentam 12 empresas que não evidenciaram perda nem nas demonstrações contábeis e notas explicativas, 47 empresas informaram apenas nas notas explicativas como é feito o teste de recuperabilidade caso existam evidências de desvalorização futura, 57 informaram que houve indícios de perda sem



detalhar os procedimentos adotados, Ono et al (2010) destaca como dificuldade a falta de transparência nas informações divulgadas nas demonstrações contábeis limitando a amostra examinada.

3 METODOLOGIA

Existem diferentes paradigmas de pesquisa. Segundo Hussey e Collis (2003, p.54), as duas principais filosofias são: a positivista e a fenomenológica. Dentro da abordagem positivista, existem diferentes gêneros de pesquisa, conforme o enfoque epistemológico do trabalho.

Este estudo utilizou como metodologia descritiva uma análise de dados. Para Hussey e Collis (2003, p. 187), análise exploratória implica em grupos de técnicas que só diz respeito à discrição dos dados, resumir, apresentar dados em tabela, quadros, gráficos e outras formas diagramáticas, o que permite que padrões e relações que não são aparentes nos dados não analisados sejam discernidos.

Portanto, a pesquisa será (ex-post-facto), caracterizada quando o experimento é efetivado depois dos fatos e o pesquisador não possui controle sobre as variáveis (SILVA, 2010). Segundo Silva (2003, p.62), “esse experimento é bastante usado no campo das ciências sociais aplicadas (ciências contábeis, economia, administração e direito)”.

Para realização desta pesquisa foram analisadas empresas divulgadas pela revista Exame edição especial 2011 Maiores e Melhores, na análise foram identificadas as 50 maiores empresas brasileiras que tiveram maior impacto em suas demonstrações contábeis no ano de 2010 com a adoção do IFRS. A amostra restringiu-se a essas empresas em função da disponibilidade de tempo.

Segundo Beuren (2004), a amostra intencional “consiste em selecionar amostras com base em informações disponíveis e que sejam consideradas representativas da população”.

A seleção das empresas para amostra inicial foi obtida junto à revista Exame, as demonstrações com os dados contábeis que foram utilizados na análise foram retirados do sítio da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), esta coleta totalizou cinquenta empresas.

A base de dados utilizada para a seleção das variáveis foi o sítio da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) no caso das empresas listadas na revista Exame, na qual estas têm obrigatoriedade em disponibilizar suas demonstrações e relatórios contábeis no sítio, para os investidores que desejam avaliar os riscos para realização de seus negócios.

A pesquisa utilizou vários critérios, iniciando com a pesquisa bibliográfica, revisando conceitos publicados especificamente em livros. Também foram utilizados os aspectos de investigação descritiva, segundo relata Vergara (2004, p. 47) “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza.” Neste caso, expondo o conteúdo da divulgação das perdas evidenciadas pelas empresas de capital aberto no período de 2010, foi feita uma análise de conteúdo, para encontrar os dados necessários para o objetivo da pesquisa.

Em relação aos dados foi utilizada técnica de amostragem probabilística com destaque para a amostra por conglomerado, conforme explica Vergara (2004), é um conjunto de elementos neste caso empresas, onde a listagem não é tão usual, ou seja, pouco prático, para análise dos dados encontrados nos relatórios foi utilizado pesquisa documental.

Inicialmente, o trabalho seria uma análise exploratória e os dados obtidos através de relatórios que seriam objeto de tratamento estatístico. Porém, as dificuldades encontradas em relação à divulgação da perda em vários relatórios não podem ser feitas a partir de uma



comparação dos valores encontrados. Outra dificuldade foi identificar em notas explicativas o grupo do ativo em que foi encontrada a perda, pois a maioria das empresas só menciona que são realizados os teste de recuperabilidade anualmente, não especificando onde foi encontrado o valor que demonstrou no relatório. Algumas empresas não são transparentes sobre o cumprimento das exigências do pronunciamento e as informações são ignoradas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As empresas listadas estão na ordem que a revista Exame classificou em relação aos impactos sofridos com a adoção da IFRS, sendo a primeira com menor impacto e a última com maior, das 50 empresas que fazem parte da amostra só a Tran Paulista não foi possível fazer uma análise devido à falta das demonstrações contábeis que não foram encontradas.

Tabela 1 – Empresas Brasileiras Pesquisadas - Fonte: Revista Exame (2011)

	COMPANHIAS	ATIVIDADE		COMPANHIAS	ATIVIDADE
1	LLX LOG	Transporte e Logística	26	ROSSI	Construção e Engenharia
2	LIGHT	Energia Elétrica	27	GOL	Transporte e Logística
3	CCR RODOVIAS	Transporte e Logística	28	CYRELA	Construção e Engenharia
4	JBS	Alimentos	29	BR MALLS	Comércio atacado/varejo
5	TRAN PAULISTA	Transporte / Rodoviárias	30	BRASIL TELECOM	Telecomunicações
6	REDCARD	Transações cartões de crédito/débito	31	SABESP	Saneamento, Água e Esgoto
7	CESP	Energia Elétrica	32	VALE	Extração Mineral
8	TELEMAR	Telecomunicações	33	B2W	Comércio atacado/varejo
9	ELETROPAULO	Energia Elétrica	34	USIMINAS	Metalurgia e Siderurgia
10	OGX PETROLEO	Petróleo e Gás	35	LOJAS RENNEN	Comércio atacado/varejo
11	FIBRIA	Papel e Celulose	36	CSN	Metalurgia e Siderurgia
12	CEMIG	Telecomunicações	37	TIM	Telecomunicações
13	TELESP	Telecomunicações	38	MRV	Construção e Engenharia
14	CPFL ENERGIA	Energia Elétrica	39	CIELO	Intermediações Financeiras
15	EMBRAER	Produção de Aeronaves	40	PÃO DE AÇUCAR	Alimentos
16	BRF	Alimentos	41	HIPERMARCAS	Comércio atacado/varejo
17	ALL	Transporte e Logística	42	PORTX	Transporte e Logística
18	WEG	Máqs., Equip., Veíc. e Peças	43	GAFISA	Construção e Engenharia
19	ULTRAPAR	Distribuição de combustíveis, químicos.	44	MARFRIG	Alimentos
20	COPEL	Energia elétrica	45	ECODIESEL	Combustíveis
21	VIVO	Telecomunicações	46	PETROBRAS	Petróleo e Gás
22	KLABIN	Papel e Celulose	47	PDG	Securitização de Recebíveis
23	DURATEX	Madeira, Metais e Cerâmicos	48	BRASKEM	Petroquímicos e Borracha
24	AMBEV	Bebidas e Fumo	49	LOJAS AMERICANS	Comércio atacado/varejo
25	BROOKFIELD	Construção e Engenharia	50	MMX	Extração Mineral

A maioria das empresas informou em suas notas explicativas que não foram apontados indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos, não havendo perdas a serem reconhecidas. Das 50 empresas analisadas 21, ou seja, 42% mencionaram em seus relatórios valores de perda por *impairment* no ano de 2010.

A Figura 2 mostra a quantidade de empresas que divulgaram a perda e em que relatório foi evidenciado.

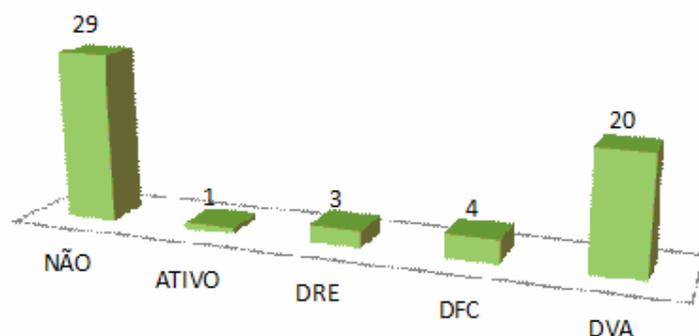


Figura 2 – Divulgação da Perda por Impairment por Relatório

4.1 COMPANHIAS QUE EVIDENCIARAM PERDA

Nas notas explicativas da maioria das empresas foi feito um resumo inicial das práticas contábeis, incluindo perda por redução ao valor recuperável, elas mencionam que havendo indicação de perda será constituída a provisão, muitas divulgaram em seus balanços, nas demonstrações dos resultados, nos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado valores referentes à perda por *impairment*, porém as formas de divulgação variam de uma empresa para outra. Tendo em vista essas diferenças foi feito um resumo das informações mais relevantes encontradas nas notas explicativas das companhias relativas ao exercício financeiro de 2010, sobre o que foi divulgado sobre o CPC 01 e IAS 36.

Apesar de ter sido encontrado valores nos relatórios financeiros as empresas LLX LOG, BRF, WEG, VIVO, B2W e ULTRAPAR, elas fazem um breve resumo sobre a perda no valor recuperável e informam que elaboraram os testes, mas que não encontraram necessidade de reconhecimento de provisão para perdas ao valor recuperável.

As empresas JBS, AMBEV, TELESP, BRASKEM e MARFRIG trazem valores demonstrados em relatórios financeiros diferente dos valores mencionados como provisão e perda por *impairment* que divulgaram nas notas explicativas.

A ROSSI e Lojas Renner evidenciaram nas notas explicativas exatamente o valor que foi divulgado em seus demonstrativos, destacamos a COPEL que detalha em uma de suas notas que os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente e a aquisição em 2006 das cotas da El Paso controladora da UEG Araucária, gerou direito de autorização no valor de R\$ 53.954, no final do exercício de 2010 a existência de indicadores internos verificou que vários ativos estavam acima do valor recuperável, por motivos de baixa utilização recorrente da capacidade total de produção de energia termoeletrica, com base no indicador foi efetuado o teste utilizando o valor em uso, foi feito a abaixa total do valor, liquido da amortização que totalizou R\$ 44.571 conforme valor evidenciado na demonstração de resultado na conta de Perdas pela não recuperabilidade de ativos.

A CESPE informa que houve a necessidade de provisão nas unidades geradoras de caixa das usinas de Jaguari e Ilha Solteira/ Três Irmãos. USIMINAS reconheceu perda referente ao ágio alocado na UGC Modal que faz parte do segmento operacional de mineração. ALL menciona que a avaliação é feita anualmente em seus ativos financeiros e no ativo intangível com vida útil indefinida. A CSN não mensurou seus itens do ativo imobilizado e intangível pelo valor justo, mantendo o valor histórico da aquisição. A PORTX apenas cita que se encontra em fase pré-operacional e seus principais ativos ainda não são geradores de caixa, estão em fase de construção, a ECODIESEL faz um resumo da realização dos testes nos



ativos financeiros, ágios, imobilizado e intangível não esclarecendo se foi preciso ou não evidenciar a perda.

A PETROBRAS faz um breve resumo sobre a perda onde registrou uma redução no valor de 434 que está relacionado aos ativos em produção no Brasil, destaca os campos de petróleo e gás natural que se encontram no estágio de maturidade de sua vida útil e por isso indicaram necessidade de redução ao valor recuperável. Outro ponto foi a perda de redução ao valor recuperável de ativos da Concessão de distribuição de gás na área internacional no valor de 54.

A tabela 2 apresenta um resumo com valores onde foram encontrados nos relatórios financeiros: Balanço Patrimonial (Ativo), DRE, DFC ou DVA o valor referente a perda por *impairment*, e o grupo do ativo que foi informado na notas explicativas.

Tabela 2 – Resumo da Divulgação da Perda Pela não Recuperabilidade de Ativos

VALOR DA PERDA (Reais Mil) - EXERCÍCIO 2010						
EMPRESA	TOTAL ATIVO	ATIVO	DRE	DFC	DVA	GRUPO DO ATIVO
LLX LOG	1.600.208			11	56	NÃO IDENTIFICADO
JBS	44.529.225	-2.171		83.831	-53.992	IMOBILIZADO
CESP	18.884.004			4.859	4.859	IMOBILIZADO
TELESP	19.966.294				-137.886	IMOBILIZADO
BRF	27.751.547				38.576	NÃO IDENTIFICADO
ALL	12.519.836				-160.894	NÃO IDENTIFICADO
WEG	75.111.964				-6.454	NÃO IDENTIFICADO
ULTRAPAR	12.989.843				8.512	IMOBILIZADO
COPEL	17.859.432		-44.571			INTANGÍVEL
VIVO	21.843.778				27.420	NÃO IDENTIFICADO
AMBEV	42.678.300				-152.894	IMOBILIZADO
ROSSI	5.697.116				-8.436	NÃO IDENTIFICADO
B2W	3.212.014				-5.166	NÃO IDENTIFICADO
USIMINAS	31.819.559				-5.387	GOODWILL
LOJAS RENNER	2.456.015		-88.172	193	-20.132	NÃO IDENTIFICADO
CSN	37.801.214				-17.861	NÃO IDENTIFICADO
PORTX	552.541				-28	NÃO IDENTIFICADO
MARFRIG	22.599.586				-737.497	NÃO IDENTIFICADO
ECODIESEL	1.321.802				-4.151	NÃO IDENTIFICADO
PETROBRAS	519.970.003		-75.581		-690.087	NÃO IDENTIFICADO
BRASKEM	34.477.491				18.388	NÃO IDENTIFICADO

A maioria das empresas tem saldo em DVA de perda por *impairment*, no balanço patrimonial só a empresas JBS fez a provisão, na demonstração do resultado 3 empresas reconheceram a perda e no fluxo de caixa o saldo só está representado em 4 empresas, das 21 que divulgaram 20 estão demonstrando no relatório de valor adicionado.

A Figura 3 ilustra os percentuais de cada relatório em relação ao total das empresas que divulgaram a perda.

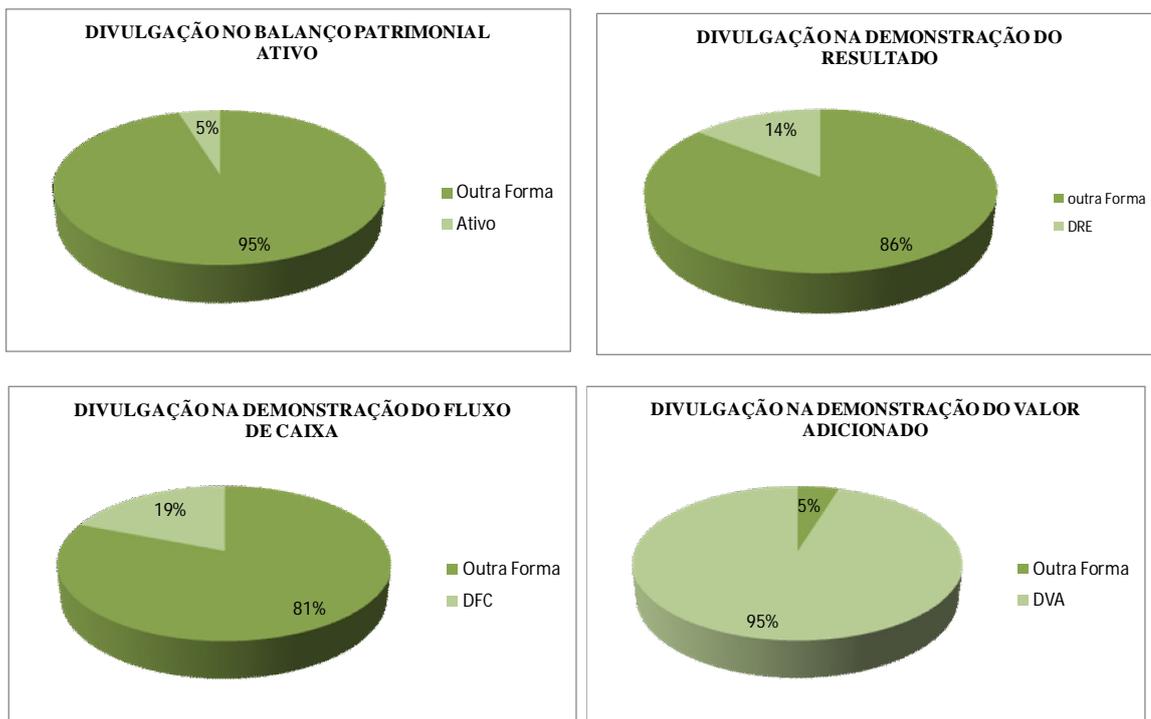


Figura 3 – Percentuais de cada relatório em relação ao total das empresas que divulgaram a perda

As empresas onde foram identificadas perdas nas suas notas explicativas não deixam claro qual o grupo do ativo obteve a perda, a Figura 4 mostra o percentual dos grupos, das 21 empresas em 66% não foram possível identificar os grupos, 5% tiveram perda no Goodwill, 24% no imobilizado e 5% no intangível.

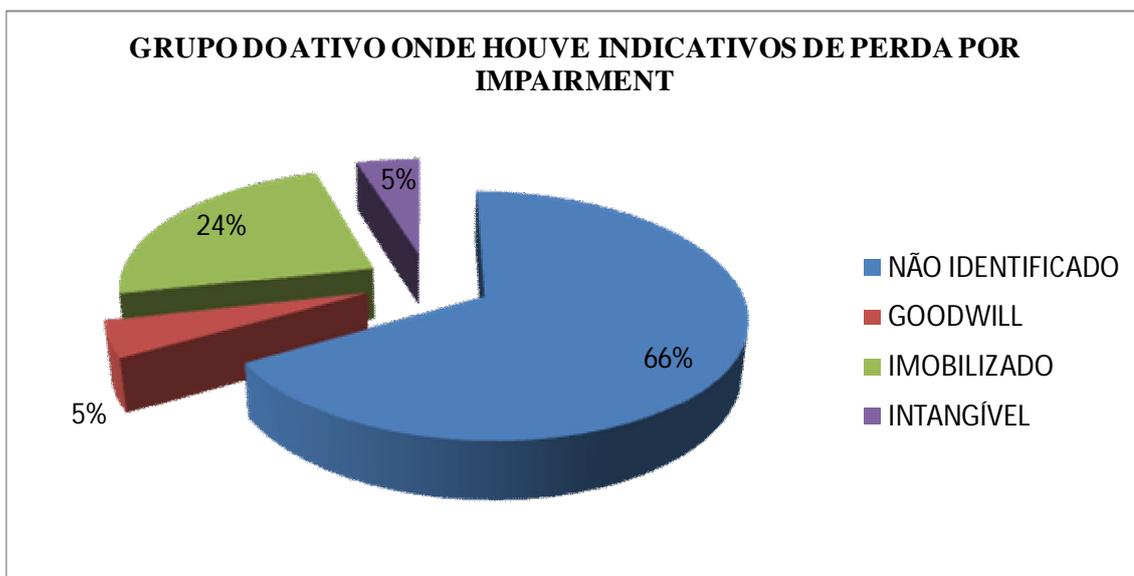


Figura 4 – Perdas por Impairment em Ativos



4.2 COMPANHIAS QUE NÃO TIVERAM PERDA

Das empresas que não divulgaram perda na recuperabilidade de ativos todas fizeram algum comentário sobre seus testes quando e como são realizados, fazendo um resumo em relação à Perda por *impairment*, as Companhias mencionam que não houve indicativos de redução no valor recuperável de seus ativos no exercício de 2010, a única empresa que não fala claramente que não houve evidências é a Duratex, mas que realiza os testes de *impairment* anualmente.

Tabela 3 - Empresas que não divulgaram perdas nas demonstrações contábeis em 2012.

NÃO HOUE EVIDÊNCIAS DE PERDA			
LIGHT	KLABIN	TIM	REDCARD
CCR RODOVIAS	DURATEX	MRV	EMBRAER
TELEMAR	BROOKFIELD	CIELO	VALE
ELETROPAULO	GOL	PÃO DE AÇUCAR CBD	MMX
OGX PETROLEO	CYRELA	HIPERMARCAS	CPFL ENERGIA
FIBRIA	BR MALLS	GAFISA	SABESP
CEMIG	BRASIL TELECOM	PDG	LOJAS AMERICANS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a padronização das normas contábeis internacionais, especificamente nesta pesquisa tratando do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 01 – Redução ao valor recuperável dos ativos procurou-se verificar se as empresas analisadas nesta pesquisa estão se adequando ao Pronunciamento Técnico 01 e se estão conseguindo demonstrar em seus relatórios financeiros tais perdas.

Neste caso, o que foi verificado é que as empresas ainda estão tentando se adequar às normas internacionais, e o que ficou evidenciado é que a maioria das empresas não tiveram perdas, pois não existiam perdas a serem reconhecidas.

Das empresas que evidenciaram perdas, uma dificuldade deixada por elas é de que não deixam de uma forma transparente em quais grupos de ativos tais perdas foram obtidas.

Concluimos também que 95% das empresas citadas nesta pesquisa, divulgaram seus valores na rubrica Perda/Recuperação de Valores Ativos na Demonstração do Valor Adicionado.

As empresas que não tiveram perdas afirmam em Notas Explicativas que os testes de recuperabilidade são realizados anualmente.

As companhias de um modo geral, com o tempo irão adequar-se e terão maior experiência para avaliar a recuperabilidade de seus ativos e divulgar, se for o caso, perdas ou reversões com maior clareza, pois o que foi visto neste artigo, que há empenho por parte das empresas de realizarem testes com exatidão, mas que ainda falta maior nível de conhecimento para realização dos testes.

Espera-se que esta pesquisa possa mostrar como as empresas de capital aberto relacionadas na revista Exame edição especial 2011 Maiores e Melhores, estão se adaptando às novas normas internacionais, em especial ao Pronunciamento Técnico CPC 01, e que num futuro breve, outros pesquisadores possam publicar a evolução das empresas em relação à adequação ao teste de recuperabilidade de seus ativos.



REFERÊNCIAS

BAESSO, Robson de Souza. COSCARELLI, Bruno Vidigal. RIBEIRO, Maria Célia Vilela. SOUZA, Antônio Artur de. Impairment em Empresas Norte-Americanas do Setor de Telefonia Móvel. **8º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, 2008, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/174.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2012

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **DELIBERAÇÃO CVM N 639**, de 7 de Outubro de 2010. Disponível em: www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/deli/deli639.doc. Acesso em: 07 de abr. de 2012.

DOMINGUES, João Carlos de Aguiar. GODOY, Carlos R. MACHADO, André. Perda do Valor de Recuperação (Impairment) de Ativos em Campos Petrolíferos: Um Estudo das Empresas Listadas na Nyse. **9º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/320.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2012.

FERNANDES, Nirlene Aparecida Carneiro. RODRIGUES, Luciana Alves. CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. Perdas no Valor Recuperável de Ativos: Uma Análise da sua Evidenciação nas demonstrações Financeiras. **XIII SEMEAD SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO**, 2010, São Paulo. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/633.pdf>. acesso 18 de maio de 2012.

INOHARA, André. Quem Ganha e quem perde com o padrão IFRS. **Exame Melhores e Maiores 2011**, São Paulo, n.995-E, p.289-291, julho. 2011.

LEMES, S.; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade Internacional para Graduação: texto, estudos de caso e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009

ONO, Heverton Masaru; NIYAMA, Jorge Katsumi; RODRIGUES, Jomar Miranda. Disclosure Sobre Impairment: Uma Análise Comparativa das Companhias Abertas Brasileiras em 2008. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, 2010. disponível em http://www.sergiomariz.com/mcc.uerj/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=202&Itemid=51. acesso 19 de maio de 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade básica: Contabilidade introdutória e intermediária**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PÊGAS, Paulo Henrique Barbosa. **Manual de Contabilidade Tributária: análise dos impactos tributários das leis n 11.638/07, 11.941/09 e dos pronunciamentos emitidos pelo CPC**. 7. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2011.

QUEIROZ, Marta Aparecida Martins. **A divulgação da Perda por Impairment nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto**. São Paulo: 2011. Disponível em http://200.169.97.106/biblioteca/tede/tde_arquivos/1/TDE-2011-07-28T181720Z-317/Publico/Marta_Aparecida_Martins_Queiroz.pdf. acesso 20 de maio de 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.